

Quadro comparativo do Projeto de Lei do Senado nº 141, de 2013

1

Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997	Projeto de Lei do Senado nº 141, de 2013	Emenda nº 1 – CCJ (Substitutivo)
	Altera a Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, para estabelecer condições e restrições à adoção de Termo de Ajustamento de Conduta como instrumento conciliatório nos casos de infração à legislação e às demais normas aplicáveis às prestadoras de serviços de telecomunicações.	Altera a Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, para estabelecer condições e restrições à adoção de Termo de Ajustamento de Conduta como instrumento conciliatório nos casos de infração à legislação e às demais normas aplicáveis às prestadoras de serviços de telecomunicações.
	O CONGRESSO NACIONAL decreta:	O CONGRESSO NACIONAL decreta:
	Art. 1º O art. 175 da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, passa a vigorar com a seguinte redação:	Art. 1º O art. 175 da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997 , passa a vigorar com a seguinte redação:
Art. 175. Nenhuma sanção será aplicada sem a oportunidade de prévia e ampla defesa.	“Art. 175. Nenhuma sanção será aplicada sem a oportunidade de prévia e ampla defesa e sem que seja oferecida à prestadora a oportunidade de reparar a conduta considerada irregular, nos termos do regulamento.	“Art. 175. Nenhuma sanção será aplicada sem a oportunidade de prévia e ampla defesa e sem que seja oferecida à prestadora a oportunidade de reparar a conduta considerada irregular, nos termos do regulamento.
Parágrafo único. Apenas medidas cautelares urgentes poderão ser tomadas antes da defesa.	§ 1º Apenas medidas cautelares urgentes poderão ser tomadas antes da defesa.	§ 1º Apenas medidas cautelares urgentes poderão ser tomadas antes da defesa.
	§ 2º O compromisso de ajustar conduta irregular poderá ser proposto pela prestadora, a qualquer tempo, resguardado o disposto no inciso II do § 5º deste artigo.	§ 2º O compromisso de ajustar conduta irregular poderá ser proposto, a qualquer tempo, pela prestadora.
	§ 3º Não serão imputados compromissos adicionais à prestadora que se propuser a firmar Termo de Ajustamento de Conduta –TAC antes da decisão de primeira instância nos processos administrativos instaurados para apuração da conduta irregular.	§ 3º Não serão imputados compromissos adicionais à prestadora que se propuser a firmar Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) antes da decisão de primeira instância nos processos administrativos instaurados para apuração da conduta irregular.
	§ 4º Não será firmado TAC antes do pagamento de vinte por cento do valor da multa, quando já estabelecida em primeira instância.	§ 4º Não será firmado TAC antes do pagamento de dez por cento do valor da multa, quando já estabelecida em primeira instância.
	§ 5º Não será admissível a adoção de TAC em quaisquer das seguintes situações:	§ 5º Não será admissível a adoção de TAC em quaisquer das seguintes situações:
	I – se a infração for punível com as sanções previstas nos incisos III a V do art. 173;	I – se a infração for punível com as sanções previstas nos incisos III a V do art. 173;



Quadro comparativo do Projeto de Lei do Senado nº 141, de 2013

2

Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997	Projeto de Lei do Senado nº 141, de 2013	Emenda nº 1 – CCJ (Substitutivo)
	II – em relação a processo administrativo para o qual a prestadora houver apresentado recurso à decisão de primeira instância;	
	III – se o tipo de infração tiver sido objeto de TAC firmado nos últimos três anos, mesmo que os compromissos assumidos tenham sido plenamente cumpridos;	II – se a proposta apresentada possuir o mesmo objeto e abrangência de TAC vigente;
	IV – se a prestadora reincidir no descumprimento de TAC;	III – se a prestadora reincidir no descumprimento de TAC;
	V – se a prestadora houver comprovadamente agido de má-fé ao cometer a infração ou durante o respectivo processo de apuração;	IV – se a prestadora houver comprovadamente agido de má-fé ao cometer a infração ou durante o respectivo processo de apuração;
	VI – se a irregularidade apurada for referente a serviço de interesse restrito.	V – se a irregularidade apurada for referente a serviço de interesse restrito.
	§ 6º A vedação a que se refere o inciso IV do § 5º vigorará por cinco anos, contados da data em que a prestadora for declarada reincidente no descumprimento de TAC.	§ 6º A vedação a que se refere o inciso III do § 5º vigorará por quatro anos, contados da data em que a prestadora for declarada reincidente no descumprimento de TAC.
	§ 7º Serão arquivados os processos administrativos cujos objetos tiverem sido cobertos por TAC devidamente firmado.” (NR)	§ 7º Serão arquivados os processos administrativos cujos objetos tiverem sido cobertos por TAC devidamente firmado.” (NR)
	Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.	Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

